

RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS E DE TRABALHO NA CIDADE: MULHERES QUE MIGRARAM DO CAMPO EM MUZAMBINHO-MG

Letícia Almeida Araújo¹
Ana Rute do Vale²

RESUMO

A vivência das mulheres no campo, está atrelada muitas vezes a condições de trabalhos produtivos e reprodutivos (não remunerados). Trabalhos esses, desvalorizados pelos membros da família e pela sociedade em geral, ainda que sejam fundamentais para toda dinâmica que acontece nesses espaços. Em cidades consideradas pequenas, como Muzambinho-MG, essa realidade não se difere. Muitas delas, buscam na migração para cidade, novas oportunidades de trabalho e reconhecimento. Sendo assim, esse trabalho objetiva compreender as transformações socioespaciais e de trabalho que ocorrem na vida da mulher que migra do campo para a cidade. Para sua realização, o presente trabalho utilizou-se de revisão teórico-conceitual sobre a temática e entrevista com mulheres com a referida condição. Foi possível concluir que as oportunidades urbanas nem sempre existirão para elas, pois a divisão desigual do trabalho permanece regida por um sistema patriarcal, que se estabelece e as desfavorece, tanto no campo quanto na cidade.

Palavras-chave: Mulheres, Trabalho, Espaço, Campo, Cidade.

ABSTRACT

Women's experience in the countryside is often linked to conditions of productive and reproductive (unpaid) work. These jobs are undervalued by family members and society in general, even though they are fundamental to all the dynamics that take place in these spaces. In cities considered small, like Muzambinho-MG, this reality is no different. Many of them seek new job opportunities and recognition by migrating to the city. Therefore, this work aims to understand the socio-spatial and work transformations that occur in the lives of women who migrate from the countryside to the city. To carry it out, this work used a theoretical-conceptual review on the topic and interviews with women with the aforementioned condition. It was possible to conclude that urban opportunities will not always exist for them, as the unequal division of labor remains governed by a patriarchal system, which is established and disadvantages them, both in the countryside and in the city.

Keywords: Women, Work, Space, Countryside, City.

INTRODUÇÃO

¹ Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas- UNIFAL-MG, araujo.leticia.almeida@gmail.com;

² Doutora pela Unesp/Rio Claro e docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Alfenas- UNIFAL-MG, ana.vale@unifal-mg.edu.br.

Do início do final da década de 1980, que as mulheres passaram a ser objeto de estudo de pesquisas científicas de diferentes naturezas e que a questão de gênero passou a ser discutida além do viés social, como foi o caso dos estudos na Geografia. O papel da mulher no espaço é inerente e evidente nas diversas situações do cotidiano e acaba por implicar em toda uma estrutura de funcionamento da sociedade, embora isso tenha sido pouco tratado nas pesquisas geográficas.

Quando se abordam as relações de trabalho, esse papel é ainda mais evidenciado e importante, devido à espacialidade dos gêneros, ou seja, as mulheres ocupam, se apropriam e se fazem necessárias em diversos ambientes. O que ocorre é que, justamente, o reconhecimento da sociedade em relação ao trabalho feminino não acontece. Ao contrário, esse trabalho é visto de forma diminuída, como uma “ajuda” apenas ao homem, sobretudo nas atividades agrícolas.

O trabalho da mulher no campo, muitas vezes limitado pelas origens patriarcais dos papéis que deve ocupar, vai além do espaço da casa: está no roçado, no planejamento familiar, nas relações que estabelece entre a vizinhança e nos espaços coletivos religiosos, sindicais ou festivos, no cuidado de crianças e idosos, no cultivo de hortas e criação de animais. Seu trabalho está também na estruturação das escolas, bem como na ligação entre o campo e a cidade, realizando compras e serviços bancários na cidade, levando os filhos a consultas médicas, entre outras incontáveis funções.

Assim, quando se fala de trabalho feminino no campo, fala-se de uma totalidade do trabalho doméstico juntamente com o trabalho no roçado. Essas múltiplas tarefas, muitas vezes, são naturalizadas pelos companheiros e pela sociedade em geral, fazendo com que, no campo, o trabalho da mulher seja ainda mais desvalorizado.

Muitas dessas mulheres também não possuem acesso ao dinheiro recebido pela venda da produção ou pelo serviço realizado, refletindo na falta de documentos comprobatórios para que possam ter direitos a uma futura aposentadoria. Além de tudo, no campo, as relações patriarcais ficam ainda mais evidenciadas e, na maioria das famílias, ainda hoje, o filho homem é educado para acompanhar o pai nas atividades agrícolas e na gerência da propriedade, como o natural herdeiro da mesma, enquanto a filha deve se dedicar mais às atividades domésticas.

Diante de todas essas situações, os trabalhos que realizam, por meio dos seus múltiplos papéis, alteram, modificam, organizam e produzem o espaço no campo. Porém, na maioria dos casos, esse trabalho não é valorizado e nem recompensado financeiramente, o que faz com que as mulheres se sintam oprimidas dentro de uma sociedade que valoriza o poder pelo capital. Assim, mesmo que sejam fortemente atuantes no campo, muitas acabam vislumbrando uma realidade diferente nas cidades.

Socioeconomicamente, há que se considerar como uma cidade pequena e com uma ruralidade arraigada na cultura da sua população, também muito expressa por sua ligação com as atividades econômicas dependentes do campo. Por conta de sua localização, o município de Muzambinho, não apresenta investimentos grandiosos, indústrias ou empresas estrangeiras por não estar ligado a rodovias que permitam o escoamento que interessa ao capital (ARAÚJO, 2016), embora, indiretamente, a produção de café do município seja transferida ao exterior por intermédio de cooperativas inseridas no mercado internacional.

A relação campo-cidade é bem evidenciada, em Muzambinho, com a presença de ruralidades na cidade e também urbanidades no campo, com aspectos culturais e socioeconômicos que demonstram um modo de vida característico de cidades pequenas, fatores que não podem ser desconsiderados ao analisar os modos de vidas que as mulheres migrantes vão encontrar no espaço urbano.

O que esse trabalho também evidencia, é que o fato de as mulheres mudarem para cidade não constitui uma garantia de que terão total independência financeira, relações profissionais justas ou o valor de seu trabalho reconhecido. Muitas saem da opressão dos pais no campo e acabam sendo oprimidas por chefes ou maridos na cidade, uma extensão patriarcal que pouco se altera. Isso porque, no contexto de uma sociedade capitalista, o espaço produzido em uma cidade é dado pelas relações sociais e de trabalho. Sendo assim, mesmo quando a mulher deixa o campo e passa a viver na cidade, muitas vezes, seu trabalho continua sendo considerado como reprodutivo, uma vez que ele não é valorizado no mercado por não gerar lucro. Assim, se desconsidera o papel da mulher na produção dos espaços urbanos, e seu trabalho permanece sendo considerado como “leve” ou como apenas “ajuda” ao trabalho masculino.

A mulher que migra para cidade, sobretudo aquelas com baixo grau de escolarização, geralmente, encontra empregos em atividades domésticas (empregadas, babás), são absorvidas por trabalhos no comércio, empresa, setores públicos terceirizados, e também costumam atuar como autônomas em algum tipo de empreendimento. Quando migram com a família, acumulam, ainda, o trabalho doméstico da casa e a responsabilidade pelo cuidado com as crianças. Então, mesmo que esteja atuando no mercado produtivo, nunca sua totalidade é considerada e valorizada como a maioria das mulheres que possui esse acúmulo de funções.

Entende-se, também, que muitas mulheres que migram são responsáveis pela manutenção de ruralidades no ambiente urbano, trazendo para a cidade aspectos culturais ou de trabalho no campo, como o cultivo de hortas urbanas, criação de animais e o artesanato.

Como percepções totais da pesquisa, constatou-se que essas mulheres depositaram a esperança de uma autonomia financeira e liberdade de deslocamento especial na mudança para cidade, que em muitos casos entre as entrevistadas, ocorreu de maneira sutil ou nem ocorreu.

METODOLOGIA

Utilizou-se como procedimentos metodológico o levantamento e revisão bibliográficos, referente à questão de gênero na Geografia e sobre como o patriarcado e as relações capitalistas atuam na divisão sexual do trabalho, êxodo rural feminino, cidades pequenas, relação campo-cidade. As fontes pesquisadas foram publicações de artigos de periódicos científicos, anais de eventos e livros em sites eletrônicos por meio das plataformas Google Acadêmico e Scielo, além de livros impressos.

Para compreender a realidade das mulheres optou-se pelo trabalho de campo, juntamente com a realização da técnica de entrevista, com roteiro pré-elaborado. Para Duarte (2004, p. 215), se as entrevistas forem bem realizadas, permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de “mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade” e também “levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo”, que se tem dificuldade, geralmente, de se obter os mesmos resultados com outras técnicas de pesquisa. O público-alvo das entrevistas foram mulheres, com idades entre 26 e 86 anos, que vivem na cidade e vieram do campo em algum momento de suas vidas e que residem hoje em diferentes bairros da cidade. Esse tipo de amostragem é caracterizado como “bola de neve”. Nesse caso, a amostragem inicia-se com o auxílio de pessoas que atuam como sementes e ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado. Em seguida, é solicitado que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente.

Dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador. Eventualmente, o quadro de amostragem torna-se saturado, ou seja, não há novos nomes oferecidos ou os nomes encontrados não trazem informações novas ao quadro de análise. Esse entendimento de que os objetivos já foram encontrados com o número de pessoas entrevistadas é uma técnica de pesquisa conhecida como saturação (VINUTO, 2014), que no caso dessa pesquisa ocorreu a partir do número de 20 entrevistadas, quando as respostas começam a apresentar repetições dos resultados esperados. Ressalta-se que muitas

entrevistadas indicaram outras mulheres do próprio bairro, vizinhas, colegas de trabalho e mulheres pelas quais tinham algum laço afetivo ou relação de parentesco. Essas entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas.

Por fim, a partir do embasamento teórico e a análise das entrevistas, foi possível apresentar as reflexões acerca dos objetivos pretendidos na pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO

O espaço carrega muitas interpretações na história da ciência geográfica. Dentro dos estudos de gênero, essa multiplicidade permanece, pois suas análises correspondem a uma série de relações estabelecidas com os comportamentos e vivências da sociedade que serão alteradas e moldadas em função desse espaço e do tempo.

Na Geografia, em geral, de acordo com as considerações sobre o espaço geográfico feitas por Corrêa (1995, p. 37), o espaço tem um papel privilegiado como “incorporador das materialidades e das ações humanas advindas do processo de conhecimento, sendo através dele que se impõem as relações sociais e as de produção, que se dão em toda complexidade do mundo real através de suas formações”. Assim, entender as relações de trabalho, as relações econômicas, políticas, se torna uma forma de compreender o espaço.

As relações de gênero devem, nesse sentido, serem abordadas enquanto agentes centrais na construção do espaço e a Geografia, enquanto uma ciência que analisa a organização e produção do mesmo, pode e deve, cada vez mais, ampliar suas reflexões sobre as relações de gênero, entendendo-as como parte das práticas espaciais que permite desvendar a base da organização geográfica das sociedades (REIS, 2015).

Sobre as questões de gênero e trabalho no campo, é possível dizer, que a família no espaço rural brasileiro ainda conserva, visivelmente, traços da organização patriarcal dos tempos coloniais. As mulheres são essenciais para cumprir atividades e trabalhar para os pais, depois para os maridos, sem reconhecimentos. Ocupam os espaços da casa, do roçado, das lavouras, mas seu trabalho é desvalorizado em comparação ao dos homens, principalmente quando passa a ser visto apenas como “ajuda” se realizado por elas (SAFFIOTI, 2013).

Na maioria das vezes, as mulheres possuem mobilidade no campo mais reduzida do que os homens, o que não implica na redução de sua jornada de trabalho, uma vez que são de sua responsabilidade os afazeres domésticos e os cuidados com a família, além do trabalho na área externa da casa e nas lavouras ou áreas de plantio. Assim, a mulher participa da

produção e da reprodução da força de trabalho para o capital. “E conseqüentemente, ela é responsável, juntamente com os outros membros da família, acrescido dos investimentos feitos pelos detentores do capital, pela produção e reprodução do espaço” (ROSSINI, 1988, p. 588).

Essa percepção está muito atrelada aos conceitos que vinculam os homens à esfera produtiva, enquanto as mulheres somente são associadas à esfera reprodutiva. Por conta disso, o trabalho do homem é mais valorizado, porque exerce atividades de maior valor agregado, enquanto que as atividades produtivas realizadas pelas mulheres acabam sendo consideradas apenas como uma extensão do trabalho doméstico (Faria, 2009). Essa desvalorização, de acordo com Lisboa (2006, p. 158), está atrelada aos motivos que fazem as mulheres deixarem de residir no espaço rural, dentre outros expressivos, como:

a) resolver a questão socioeconômica, pela falta de oportunidades de emprego ou ocupações mal remuneradas no campo, e por terem menor chance de encontrar trabalho do que os homens; b) poder ter acesso à educação. Possuem baixo nível de instrução pela dificuldade de acesso à escola geralmente atribuída às longas distâncias e à ineficiência das escolas rurais (que funcionam como escolas isoladas, com uma professora para quatro turmas); c) conquistar a independência econômica e social de suas famílias de origem, principalmente as solteiras, viúvas ou separadas; d) alcançar mobilidade social na cidade, melhorar de vida, conseguir um bom emprego; e) ter acesso a serviços básicos, principalmente atendimento à saúde; f) experimentar diferentes sensações na cidade: passear, divertir-se, ir a festas, conhecer pessoas, sair com as amigas, aprender coisas novas; g) ir atrás da rede familiar, ou seja, a maioria dos membros da família já se encontram na cidade e motivam a emigração

Essas razões podem se manifestar de maneiras diferentes em cada região ou período histórico do país, mas, de certa forma, estão relacionadas principalmente com a oferta de trabalho urbano para mulheres, que, na maior parte dos casos, ocorre no setor de serviços e em residências como domésticas. As dinâmicas intrafamiliares também interferem na decisão de migrar, pois a carga de trabalho das mulheres na produção familiar não é compatível com sua valorização. A formação educacional também pode ser considerada um motivo preponderante, uma vez que, se as mulheres não enxergam perspectivas de gerência ou sucessão na unidade familiar, vão procurar seguir outras escolhas profissionais, aquelas que possuem oportunidades (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999).

Há de se considerar também a intensificação da concentração fundiária e da mecanização agrícola no campo, que excluiu gradativamente os pequenos agricultores que vendiam sua força de trabalho. As mulheres acabaram sendo as mais prejudicadas, pois antes já encontravam dificuldades com relação à valorização de seu trabalho e, com esse processo, foram mais excluídas. O resultado é um campo cada vez mais masculinizado, com a expulsão feminina da esfera agrária e a reafirmação do patriarcado (PAULA, 2018).

Nesse sentido, a saída das mulheres do campo “pode não se explicar somente por uma maior oferta de empregos para mulheres na cidade, ou por sua maior escolaridade, mas por uma negação da condição de vida da mãe de família, esposa de agricultor”. O êxodo rural feminino, então, passa a ter como razões a busca de independência pessoal e financeira, o reconhecimento social e a autonomia (NOBRE, 1998, p. 8).

De uma forma geral, os homens quando migram do campo para cidade, ocupam-se nas áreas de construção civil, no comércio, nos transportes e armazenagens, no saneamento e limpeza e nas indústrias transformadoras. As mulheres, em contrapartida, assumem os serviços pessoais e domésticos e de cuidado, presentes em atividades ligadas a restaurantes e hotéis, saneamento e limpeza, comércio e serviços sociais. (FARIA *et al.*, 2016).

Assim, quando se trata do êxodo feminino da agricultura como uma saída, a mulher que migra, não encontra facilidades para desenvolver uma carreira profissional na cidade, além das condições desiguais na própria aceitação da mulher no mercado de trabalho. Isso porque, a divisão sexual do trabalho identifica a esfera produtiva e pública como o domínio espacial masculino e a reprodutiva e privada como lugar feminino, portanto implica uma divisão social, sexual, espacial do mesmo (GARCÍA, 2002).

A distinção das esferas públicas e privadas, alterando relações sociais entre homens e mulheres, priorizando o mundo público - político e econômico - aos homens e o mundo privado - doméstico e íntimo - às mulheres, sexuiu a cidade. E os estudiosos urbanos tiveram dificuldade em fazer essa nova leitura. Isso implicou na negação da esfera do privado, das atividades domésticas, e mesmo das atividades das mulheres. É o que chamamos de “invisibilização” das mulheres na multidão urbana. Elas estão lá, importantes para o cenário mas insignificantes para a cena (CALIÓ, 1997, p. 04).

É importante destacar também que é por meio da espacialidade, que cada grupo constrói culturalmente os papéis sociais que homens e mulheres devem desenvolver. Todas as ações são desenvolvidas por um corpo e um espaço, e cada papel social tem suas relações específicas, o que constrói diferentes arranjos espaciais. Assim, a diferença de deslocamento de homens e mulheres também estará associada aos papéis de gênero (ORNAT e SILVA, 2007). E as mulheres que migram do campo, também encontrarão essas diferenciações na cidade.

A realidade das mulheres trabalhadoras, produtoras, reprodutoras da força de trabalho pode ser ainda mais dificultada pela sua condição de classe, gênero, raça/etnia, orientação sexual, idade, religião e outros aspectos de identidade que intensificam a assimetria das relações de gênero, já controladas pelo capital (SERPA, 2010). Quando essas mulheres são mães, a relação patriarcal se evidencia nas relações de trabalho.

A recusa de um emprego, por parte de uma mulher, por não haver creche para deixar os filhos, ou as faltas seguidas ao trabalho quando os filhos pequenos adoecem - o que pode acarretar a perda do emprego ou limitar a ascensão profissional- só poderão ser tratadas como “escolhas” se for desconsiderado o contexto em que estas se realizam ou se fizer de conta que não existem crianças pequenas que precisam de cuidado. Como compreender a posição desigual das mulheres na esfera doméstica e na pública sem levar em consideração que elas são orientadas a assumir determinadas responsabilidades e desempenhar um conjunto de funções no cotidiano? (BIROLI, 2018, p. 58).

Assim, para Rodrigues (2017, p. 06), “os altos índices de feminicídio, desvalorização profissional, assédio, objetificação do corpo, responsabilidade pelo papel reprodutivo e falta de representatividade nas diversas instâncias” são alguns dos fatores que cada vez mais geram insegurança e vulnerabilidade e que “acabam moldando a forma com que as mulheres vivenciam e se apropriam da cidade”, nos mais diferentes níveis e contextos. Por isso, a importância de um planejamento urbano que reconheça essa segregação, e norteie sempre suas decisões sob a perspectiva feminina, objetivando o acesso de mulheres à cidade.

Desse modo, urge que as discussões sobre mulheres atinjam os espaços políticos e educacionais e questionem os velhos conceitos, pois como os resultados apresentarão, há mudanças significativas que necessitam ser aplicadas na vivências dessas mulheres que permanecem no campo, ou que migram para as cidades.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, se faz necessário, que sejam apresentadas algumas características dos perfis das mulheres entrevistadas. Com relação ao estado civil, a grande maioria, eram casadas (70%), ao passo que 3 eram solteiras (15%) e 3 eram viúvas (15%). Certamente, a porcentagem alta de mulheres casadas reflete ainda uma estrutura tradicional de família, que se percebe principalmente de mulheres que vieram de uma educação patriarcal no campo, no qual a falta de oportunidades de terem sua autonomia financeira faz com que o casamento seja uma opção de sair do controle da figura do pai, mas que acaba se repetindo com o marido.

Quando se analisa a escolaridade das entrevistadas, tem-se que 5 possuem o ensino fundamental completo (25%), 8 delas possuem o ensino médio completo (40%), duas possuem o ensino superior completo (10%) e 5 possuem o ensino fundamental incompleto (25%). É possível notar que o ensino superior ainda não é uma realidade para a maioria das mulheres entrevistadas e que as mulheres que não concluíram o ensino fundamental são as mulheres com idade mais elevada.

Pelas falas durante a entrevista, foi possível perceber que isso era reflexo de uma vida e infância no campo, sem acesso ao ensino, sem a existência de escolas no campo. Assim, quando questionadas se sentiram necessidade de seguir com os estudos, algumas respostas revelaram que o passado difícil no campo não permitiu a conclusão dos estudos e que depois, já vivendo na cidade, motivos como a necessidade de trabalhar e cuidar dos filhos acabaram interferindo na motivação para continuar, como se pode confirmar nas falas a seguir. “Eu nunca pude estudar muito, era difícil estudar lá na roça, então não peguei muito gosto, sempre trabalhei muito, hoje aposentada, aí que não penso mais não”. (ENTREVISTADA 2, 61 anos). “Ah, eu sempre tive vontade de estudar, mas lá na roça era difícil, tinha uma professora que dava aula em casa, mas era muito longe pra gente ir, aí depois de moça casei, vieram os filhos e não deu mais, agora com essa idade a gente torce só pelos netos”. (ENTREVISTADA 8, 86 anos)

No caso das entrevistadas mais jovens, que tiveram a oportunidade de se mudar para cidade justamente para concluir os estudos, uma vez que no campo em Muzambinho ainda hoje não existem escolas que ofertam o ensino médio, as falas foram distintas. “Eu mudei por esse motivo, para finalizar o ensino médio, e na cidade você vai vendo seus colegas entrando em faculdades. Foi aí que me despertou a vontade de fazer um curso superior, e formei em Geografia, mas por enquanto, acabei não exercendo”. (ENTREVISTADA 4, 28 anos). “Na verdade, eu vim para cidade para estudar, né, para fazer o ensino médio. E depois eu quis sim fazer um curso superior, e consegui cursar Matemática em Alfenas, que ficou mais fácil porque eu já estava aqui na cidade”. (ENTREVISTADA 5, 28 anos).

A responsabilidade de todo trabalho doméstico no campo, identificado nas entrevistas, era das mulheres. Muitas não saíam dos arredores da casa, não se deslocavam, não socializavam, algumas apenas se relacionavam com vizinhas e parentes próximos, ou quando eram responsáveis pela organização de festas religiosas na igreja do bairro, ficavam sempre incumbidas do preparo das refeições, reproduzindo suas funções da vida familiar. Assim, muitas encontravam lazer e distração cuidando apenas da horta e das plantações nos quintais.

A responsabilidade pelo cuidado com os membros da família ainda é incisiva sobre as mulheres, assim, muitas deixam de buscar carreiras profissionais, continuar os estudos, e seguir um caminho diferente do papel reprodutivo da mulher imposto pela sociedade patriarcal-capitalista. Em muitas das falas, essa desigualdade de papéis de gênero ficou evidenciada: “Não continuei estudando porque quando mudei já tinha filhos, depois veio mais, tinha muita coisa da casa pra cuidar, aí nem pensei nisso” (ENTREVISTADA 17,76 anos).

Das 20 mulheres entrevistadas, 16 conseguiram obter sua própria fonte de renda através do trabalho só após a mudança para cidade (80%), 3 nunca trabalharam fora do ambiente



familiar e se aposentaram por idade (15%) e 1 conseguiu a aposentadoria comprovando que trabalhou no campo (5%). Então, talvez a oportunidade de trabalho que essas mulheres tiveram na cidade refletiu sobre a decisão de terem um número menor de filhos.

Em relação à remuneração, o questionamento foi realizado em relação ao valor do dinheiro que as entrevistadas recebem, em nome delas, não contando a renda de maridos ou filhos. Assim, 12 mulheres recebem 1 salário mínimo por mês (60%), 5 recebem até 2 salários mínimos (25%) e 3 recebem até 3 salários mínimos (15%). O valor recebido está diretamente atrelado às profissões que essas mulheres encontram na cidade pós-vinda do campo, muitas delas relacionadas ao comércio e a atividades domésticas. Foi notório também que 2 das mulheres que possuem a maior remuneração mensal foram as que tiveram oportunidade de cursar o ensino superior e, embora nem sempre a continuação dos estudos implique em uma maior remuneração, ela inegavelmente abre mais caminhos e possibilidades no mercado de trabalho em geral.

No que se refere aos costumes, hábitos ou tradição que mulheres entrevistadas trouxeram do campo para a cidade, elas relataram situações que exemplificam como essa relação é intensa e como as ruralidades vão se estabelecendo na cidade por essa manutenção da relação com a terra (figura 2).

Com certeza esse negócio de cuidar de horta, de gostar de planta, que ninguém aqui em casa aguenta mais, o tanto de mudinha de tudo que eu arrumo, e também a costura, né? Hoje trabalho com isso, fazendo bordados, mas era o que eu aprendi com a minha mãe desde novinha lá na roça. Chegava dia de domingo à tarde, depois que a gente tinha lavado a louça, a gente sentava na sala, que tinha uma claridade maior, e ela me ensinava, saía cada coisa linda, pena que muita coisa perdeu, porque ela tinha talento. (ENTREVISTADA 14, 45 anos)

Figura 2- Quintal com plantas de uma das entrevistadas na cidade em Muzambinho-MG.



Fonte: Arquivo Pessoal (Fevereiro/2021).

As respostas também permitiram compreender que os papéis reprodutivos tem forte presença na vida das mulheres no campo, uma vez que várias entrevistadas relataram ter trazido o hábito de cozinhar quitandas³, como no relato a seguir. “O que eu trouxe foram as coisas que aprendi a cozinhar mesmo, os bolos, broas, pão de queijo, doce, bolacha, tudo que aprendi com a minha mãe e a minha vó enquanto morava lá na roça!” (ENTREVISTADA 20, 33 anos).

Grande parte das mulheres entrevistadas não acreditava que o trabalho que realizavam no campo era valorizado pelos membros da família (85%), sendo que os motivos dessa percepção delas foram, para algumas, o fato de perceber que não recebiam dinheiro pelo trabalho que executavam. Outras sentiam a desvalorização pela falta de reconhecimento. “De forma alguma! Não tinha reconhecimento, nem a gente recebia para fazer nada não, era tudo obrigação mesmo!” (ENTREVISTADA 2, 61 anos).

Se o responsável pela administração dos ganhos e na tomada de decisões nas propriedades, segundo as entrevistadas eram o pai (50%) e os maridos (35%), é natural a insatisfação delas com relação à valorização do trabalho delas no campo, ao fato de que nunca terem suas opiniões consideradas pelos homens da família.

As principais razões pelas quais essas mulheres migraram para cidade, seja com as famílias, como na maioria dos casos da pesquisa, seja individualmente, foram sempre a busca de oportunidades de trabalho e estudo. Também houve razões pessoais e decisões decorrentes de situações de saúde, para as quais a distância com relação à sede do município se tornava um agravante, uma vez que as necessidades médicas dos moradores do campo ainda são supridas apenas na cidade. O período em que essas mulheres migraram varia entre a década de 1960 até 2020, mostrando que é um fenômeno que não deixou de ocorrer e que as motivações seguem demonstrando que as mulheres ainda enxergam, na cidade, uma esperança de melhores oportunidades, inclusive de independência pessoal e financeira.

Assim, quando questionadas sobre os motivos que as levaram a mudar para cidade, as respostas foram diferenciadas e, obviamente, baseadas na experiência de cada mulher. Algumas motivações acabaram sendo semelhantes em alguns pontos, como o anseio de continuar os estudos ou dar uma educação para os filhos que não eram possíveis no campo.

Trabalho e estudo. Porque na roça a gente já não tinha oportunidades de estudo, não tinha o ensino médio lá, quanto menos trabalho. Então meus pais vieram para cidade também, para gente poder ter essa oportunidade, só que meu pai continuou trabalhando na roça. (ENTREVISTADA 5, 28 anos).

³ Quitanda pode ser definida como pequena loja em que se vendem frutas, verduras, ovos etc.; conjunto de iguarias doces e salgadas feitas em casa - que é o caso referido nesse trabalho; tabuleiro que contém essas iguarias (<https://www.aulete.com.br/quitanda>).

Ah porque na cidade as coisas são tudo mais fáceis, né? Precisava de remédio, comida, roupa, tudo já estava aqui, os meninos iam terminar o ensino médio, não sei se ia querer estudar mais, trabalhar, aí na roça eu vi que eles já não estavam querendo muito. (ENTREVISTADA 13, 47 anos).

Eu sei que foi mais uma decisão do meu pai, a mãe tinha morrido, eu tinha 14, meus irmãos crianças, a gente não questionava, acredito que ele queria conseguir algum emprego melhor na cidade e pra gente estudar também, porque a escola lá era longe, a gente não ia (ENTREVISTADA 2, 61 anos).

Outra motivação muito citada entre as entrevistadas foi a busca de um trabalho remunerado na cidade: “Eu vim morar sozinha para trabalhar, porque lá na roça, serviço para mim só tinha mesmo na época de panha, tirando isso não tinha, então eu vim para trabalhar” (ENTREVISTADA 1, 35 anos). “Foi por conta de serviço, pro meu marido procurar trabalho, porque a renda de lá era muito pouca, eu estava grávida, a gente veio para buscar outras oportunidades” (ENTREVISTADA 12, 76 anos).

Os demais motivos citados por elas tiveram razões mais pessoais e também de falta de assistência médica no campo, como a vontade pessoal de viver na cidade, mas esperar a aposentadoria que viria pelo trabalho no campo, a oportunidade de abrir um negócio na cidade, ou, ainda, questões mais dolorosas, como perdas de familiares e problemas de saúde que exigissem estar mais perto dos centros médicos de tratamento.

As mulheres entrevistadas também foram questionadas se mudaram algum comportamento ou adquiriram hábitos que acreditam ser diferentes do que vivenciam no campo. Muitas revelaram que, na cidade, acabaram se impondo mais, sendo menos tímidas e mais comunicativas. Outras abordaram a questão dos horários diferentes, que no campo costuma-se acordar mais cedo. Muitas também levantaram a questão do consumismo, que passaram a gastar mais, por serem mais influenciadas a comprar quando passaram a viver na cidade: “Acho que dormir tarde e acordar tarde, parece que na cidade a gente fica mais agitado, não acordava tão tarde, mas perto da roça que a gente madrugava. Na roça se eu levantasse às oito, igual levanto hoje, o serviço já não rendia!” (ENTREVISTADA 12, 76 anos)

Ah, eu achei que a gente acaba amadurecendo, desenvolvendo mais, principalmente porque mudei na adolescência né? Achei que fiquei mais comunicativa, aprendi a enfrentar mais as coisas, porque quando você está lá na roça, você acha que a sua vida vai ser só aquilo, e aqui tive outros desafios. (ENTREVISTADA 7, 42 anos);

Ah, hábito mudou totalmente, porque a vida na roça é tudo mais cedo, você dorme mais cedo, horário mesmo de almoço e janta é tudo mais cedo, assim, a vida mudou totalmente, né? Mas assim, meu jeito de pensar até que não. Eu achei que eu fiquei mais independente, porque lá na roça eu acabava dependendo muito do meu pai, né? Então assim, eu criei mais opinião própria, depois que mudei. (ENTREVISTADA 5-28 anos).

A responsabilidade sobre as tarefas domésticas não se alterou quando as mulheres migraram para a cidade. Aquelas que mudaram com suas famílias continuaram sendo as principais responsáveis pelo trabalho de casa e organização do lar. Quando a mulher também trabalha fora do ambiente familiar, outras concepções são criadas. Mas, no geral, o relato é que a sobrecarga de todas as tarefas do domicílio e do convívio familiar ainda continua sobre a mulher. “Diferente do meu pai e do meu irmão quando a gente estava na roça, hoje meu marido se envolve, mas a grande parte continua sendo de minha responsabilidade.” (ENTREVISTADA 4, 28 anos); “Mudou um pouco porque os serviços aqui na cidade são um pouco menos, e meu companheiro me ajuda um pouco também, e na roça meus irmãos e meu pai não varriam um chão, nada.” (ENTREVISTADA 20, 33 anos); “No campo era eu e a mãe, aqui continua sendo eu. Coloco meu filho pra lavar uma louça, varrer uma casa, mas é como se tivesse pedindo algo impossível, é uma reclamação que só, que eu até desisto.” (ENTREVISTADA 14, 45 anos); “Não mudou nada não. Eu ainda faço todos os serviços de casa. Eu coloco meus filhos e marido para ajudar, mas o trabalho maior ainda é meu.” (ENTREVISTADA 19, 38 anos).

Na cidade, a maioria das entrevistadas realmente conseguiu se inserir no mercado de trabalho, principalmente como atendentes em lojas, no comércio, como empregadas domésticas e algumas como costureiras e autônomas. Aquelas que conseguiram abrir seu comércio foram as que tiveram mais chance de seguir com os estudos e as que já possuíam uma condição financeira melhor no campo. Muitas relataram preconceitos que sofreram quando chegaram à cidade, além de seus medos e inseguranças, mas sempre com uma vontade de vencer maior.

Com relação ao tão sonhado trabalho remunerado, com direitos trabalhistas reconhecidos, sobretudo o registro em carteira de trabalho, isso foi possível pra 55% (11 mulheres), logo que se mudaram para a cidade, sendo que essa oportunidade talvez não tivessem no campo. No entanto, essas mulheres não ocuparam poucos cargos de chefia ou cargos com valorização profissional. Com exceção de duas microempresárias, que nesse caso são proprietárias de loja e de correspondente bancário, a maioria das mulheres teve sua oportunidade de trabalho no comércio, que era uma das áreas que mais empregava mulheres em Muzambinho (41%), Outras também trabalham como domésticas, outra área em que 96,7% das empregadas nesse setor eram mulheres. (IBGE, 2018).

Dessas 11 mulheres com trabalho remunerado, 5 possuem uma renda considerada como extra ou informal, por meio da venda de quitandas, que preparam em casa e vendem para amigos, parentes e conhecidos, divulgadas pelas redes sociais e por recomendação dos conhecidos, como relatado por 3 das entrevistadas. Uma das entrevistadas informou que

revende produtos cosméticos, via catálogo, para amigas e também para os clientes que frequentam a loja na qual trabalha. Outra relatou que é também é costureira, realizando reparos em peças de roupas em sua própria casa para vizinhos e conhecidos. Aliás, foi recorrente, o número de entrevistadas que atuam como costureiras.

O restante das entrevistadas (9) são aposentadas, sendo que 2 nunca trabalharam fora do ambiente familiar e se aposentaram por idade. Os motivos de nunca terem a oportunidade de se inserir no mercado de trabalho estavam relacionados à casa e ao cuidado com os filhos, que quando se tornaram independentes, elas já não encontraram motivações para essa busca. Outras 4 mulheres, mesmo trabalhando com remuneração em algum período da vida, acabaram se aposentando por idade, uma vez que não foi possível contar o tempo de serviço, em decorrência da falta de registro de alguns empregos em carteira de trabalho, sobretudo quando atuam como empregadas domésticas, cuidadoras de idosos, babás e costureiras autônomas. No caso das empregadas domésticas, vale ressaltar, que a lei que regulamenta a profissão de doméstica (Lei Complementar Nº 150, de 1º de junho de 2015⁴), o que significa que elas não tiveram a oportunidade de serem beneficiadas por ela. Uma das entrevistadas conseguiu se aposentar como trabalhadora rural no campo, com 55 anos, em seguida migrou-se para a cidade.

Das mulheres aposentadas entrevistadas, 3 possuem renda extra ou informal. Uma delas é revendedora de uma fábrica de confecção de *lingerie*, no município vizinho de Juruáia, tendo como clientes vizinhas e conhecidas, uma vende leite na cidade, que é trazido da propriedade rural familiar, onde continuam criando gado e a outra produz e vende salgados de festa.

Como o anseio de algumas mulheres com a migração era o de se sentirem valorizadas, ter o reconhecimento do seu trabalho na cidade, foi questionado a elas se na cidade isso ocorreu e por quais motivos, bem como se, em algum momento, receberam um salário menor pelo fato de serem mulheres. As respostas mostraram que, de forma geral, se sentem mais valorizadas na cidade, justamente pelo fato de possuírem um trabalho remunerado e que isso reflete no seu valor perante a sociedade, a qual passou, ao menos, a enxergá-las melhor do que ocorria no campo.

Eu acredito que ele é mais valorizado porque faz diferença na vida de outras pessoas, né? Aí essas pessoas enxergam isso. Mas em relação ao preconceito por ser mulher, não, só por idade. Como comecei a trabalhar cedo nessa área financeira, é difícil você ganhar credibilidade, mas pela idade acredito, não por ser mulher. Isso acontece mais em cidade grande, eu acredito. A mulher na cidade grande tem mais dificuldade de ingressar no mercado de trabalho por conta da família, não ter alguém para apoiar, aqui não (ENTREVISTADA 4, 28 anos)

⁴ Maiores informações: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm.

Eu acredito que sim, porque as pessoas parecem que reconhecem mais, falam mais de tudo com você, porque se tem alguma pergunta que envolve dinheiro, se você não trabalha, parece que já vai direto perguntar para o pai ou o marido, e na roça, se você faz os serviços para família, geralmente você não ganha. Agora se eu já ganhei menos por ser mulher eu não sei. (ENTREVISTADA 14, 45 anos)

Nenhuma delas realtou ter recebido um salário menor por ser mulher, uma vez que o valor que recebiam era pela natureza do trabalho. Mas, muitas disseram sem perceber, por vezes, que o trabalho subvalorizado, implicitamente, já é associado e ofertado à mulher. As entrevistadas também foram enfáticas em dizer que na cidade existem mais opções de trabalho para mulher, por toda experiência que vivenciaram no campo, de falta de oportunidade de obter algum tipo de renda com seu trabalho.

Tem mais (*oportunidade*) na cidade porque aqui tem mais oportunidades em todas as áreas, igual eu trabalho em área de comércio, tem as professoras aqui, tem a área da saúde, eu tenho amigas enfermeiras também, então vários setores. Já na roça não tem, principalmente, para mulher, o que a mulher consegue de trabalho na roça é mais em época de panha de café mesmo, porque não tem muito serviço. Os que aparecem acabam sendo mais para os homens mesmo. (ENTREVISTADA 1, 35 anos)

Além disso, uma delas destacou a questão na natureza do trabalho rural, que torna-se mais pesado para as mulheres pelo fato de, de um modo geral, elas não tem acesso ao uso da tecnologia, restrita aos homens.

Tem (*mais oportunidade na cidade*) porque a atividade do campo exige muito esforço físico, na maioria das vezes. Embora hoje tenha muita máquina, muita tecnologia que ajuda, isso não é ensinado para as mulheres. O trabalho com as máquinas não é ensinado. Então, o que sobra é o serviço em volta de casa e algumas que vão para colheita, que é muito sofrido porque exige muito esforço físico. Eu acho que, em um (*modo*) geral, o serviço da mulher no campo fica muito na obrigação, a não ser quando ela aposenta lá pelos seus 55 anos. Só quando vem a aposentadoria que aquilo foi trabalho. Lá em casa, por exemplo, que continuamos com sítio, a minha mãe não tem um salário, é tudo junto: ganhos, despesas. Ela não tira um tempo para ela. Eu vejo que ela abdica muito de si, em função da família e do trabalho. Então, só com a aposentadoria que vejo que mulher fala que pode diminuir o ritmo de serviço e cuidar mais dela (ENTREVISTADA 4, 28 anos).

A espacialidade dessas mulheres, ou seja, os locais frequentados por elas no espaço urbano, ampliou-se mais, em relação à época em que residiam no campo. Na cidade, o fato de saírem de casa para trabalhar ou de fazerem entregas na casa de clientes, fazerem compras, irem à igreja, terem espaço adequado para fazer caminhadas, irem a lanchonetes, à casa de amigos, alterou a relação socioespacial dessas mulheres, embora não se sintam seguras e confortáveis em muitos locais e, até diminuídas, em outros.

Assim, as relações de trabalho na cidade acabam atribuindo novos significados na vida da mulher que veio do campo: as convivências se alteram, a autonomia, a independência e a

confiança. O trabalho das mulheres contribui para o desenvolvimento do espaço urbano, seja pelo seu papel produtivo, para aquelas que trabalham com remuneração e se tornam consumidoras em potencial, ou como aquelas que se dedicam penas aos afazeres domésticos, possibilitando que outros membros da família trabalhem fora do ambiente familiar.

Sobre o tipo de lazer que elas têm acesso na cidade, as respostas das entrevistadas foram, basicamente, as mesmas, se restringindo aos espaços que frequentam, cotidianamente, como a visita à casa de um/a amigo/a, de um/a vizinho/a ou ir à uma lanchonete. Algumas até citaram que o supermercado funciona como um espaço de lazer, por representar uma oportunidade de sair de casa. Sobre a diferença entre espaços frequentados por homens e mulheres na cidade, a maioria das entrevistadas relatou não sentir diferença, embora algumas situações tenham sido citadas, como o preconceito contra mulher que frequenta bares e estabelecimentos culturalmente taxados de masculinos, como oficinas mecânicas.

No que se refere à percepção delas com relação à sua importância para a cidade, onde residem atualmente, se se sentem mais reconhecida do que eram no espaço rural, as respostas variaram. Houve aquelas que disseram que sentem que todas as mulheres são importantes no campo e na cidade, mas que não são reconhecidas, bem como as que, mesmo vivendo na cidade, tendo emprego remunerado ou exercendo o trabalho reprodutivo, não conseguem visualizar que são peças fundamentais na organização do espaço urbano. “Eu acho que sou importante sim! Agora o reconhecimento da mulher de forma geral é muito pouco. A mulher trabalha muito tanto no campo quanto na cidade, mas parece que ninguém vê” (ENTREVISTADA 3, 55 anos). “Eu vejo que na cidade eu tenho um pouquinho mais de reconhecimento sim, mas não sinto que seja assim importante para a cidade” (ENTREVISTADA 18- 26 anos).

De todas as maneiras, como foi visto, as mulheres trabalham, produzem e reproduzem o espaço, seja rural ou urbano. O que se pode afirmar como necessário e desafiador na produção científica, então, é não as vitimizar. É fundamental, também, compreender todas as dinâmicas que se passam com aquelas que vivem e trabalham no campo, bem como com as que migram do campo para cidade. Esse é um bom começo para o reconhecimento e a superação das desigualdades existentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando a mulher migra para cidade, sozinha ou acompanhada pela família, encara mudanças de um novo espaço, mas também de um modo de vida. Mesmo em uma cidade com ruralidades presentes, algumas dinâmicas são próprias do urbano e, algumas mulheres,

dependendo de sua classe social, raça e estilo de vida no campo, podem vivenciá-las com mais intensidade pós-êxodo rural.

A maioria das entrevistadas conseguiu se inserir no mercado de trabalho, principalmente na área do comércio, como ocorre em grande parte do país, os serviços mais subvalorizados são responsáveis por absorver aquelas pessoas que não possuem um alto nível de escolaridade e estão em busca de emprego. A responsabilidade sobre as tarefas domésticas não se alterou: aquelas que mudaram com suas famílias continuaram sendo as principais responsáveis pelo trabalho de casa e organização do lar, ou seja, a divisão desigual do trabalho permanece regida por um sistema patriarcal, que se estabelece e as desfavorece, tanto no campo quanto na cidade.

A espacialidade dessas mulheres acabou sendo maior do que no campo, mas o espaço urbano, de maneira geral, não é pensado para mulheres. Isso não significa que as mulheres não produzem espaço, que não atuam na sua organização, é justamente o oposto. O trabalho produtivo e, mais ainda, o trabalho reprodutivo das mulheres, que geralmente ocorre nos espaços privados, dentro de casa, são os que permitem que toda a dinâmica de uma cidade aconteça. As mulheres têm corpos e vozes, portanto, se especializam, trabalham, existem e devem ser estudadas pela comunidade acadêmica para que inquietações e mudanças efetivas aconteçam.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L. A. **Moçambo**: implicações socioespaciais e culturais de um bairro rural transformado em distrito. 99 f. 2017. Trabalho de Conclusão do Curso (Licenciatura em Geografia). Instituto de Ciências da Natureza. Universidade Federal de Alfenas, Alfenas-MG, 2016. Disponível em: < https://www.unifal-mg.edu.br/geografia/sites/default/files/leticia-araujo-tcc-2016-correcao-final.docx_.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2023

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

CALIÓ, S. A. Incorporando a Questão de Gênero nos Estudos e no Planejamento Urbano. In: Encontro de Geógrafos de América Latina, Resúmenes. **Observatório Geográfico**, v.1, 1997. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografia cultural/737.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

CAMARANO, A. A; ABRAMOVAY, R. **Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil**: Panorama dos Últimos 50 anos. IPEA, Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=392>. Acesso em: 20 set. 2023.

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito chave da Geografia. **Geografia, conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.



DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar em Revista*, Curitiba: Ed. UFPR, n. 24, p. 213-225, 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/er/n24/n24a11.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2023.

FARIA, N. **Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural**. In: DI SABBATO A.; MELO, H. P.; LOMBARDI, M. R.; FARIA, N.; BUTTO, A. (org.). *Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Brasília: MDA, 2009, p.11-28. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/pageflip-4204232-487363-It_Estatsticas_Rurais_e_-2443273.pdf>. Acesso em 15 set. 2023.

FARIA, G. J. A.; FERREIRA, M. L. A; PAULA, A. M. N. R. Desinvisibilizando as mulheres em contexto migratório interno: Interfaces entre migração, trabalho e gênero. **Anais do 17º Seminário de Economia Mineira**, Diamantina. 2016. Disponível em: <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2016/201-330-1-RV_2016_10_09_00_33_59_204.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

GARCÍA, M. F. O gênero como perspectiva de análise na discussão sobre as localizações. **Revista Pegada**, v. 3, n. 1, Presidente Prudente, 2002.

IBGE. **Cadastro Central de Empresas**. 2018.

LISBOA, T. K. Gênero e migrações- Trajetórias globais, trajetórias locais de trabalhadoras domésticas. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, vol. 14, núm. 26- 27, 2006, p. 151- 166.

NOBRE, M. **Relações de Gênero e Agricultura Familiar**. In: NOBRE, Miriam; SILIPRANDI, Emma; QUINTELA, S.; MENASCHE, R. (Org.). *Gênero e Agricultura Familiar*. São Paulo: SOF, 1998. Disponível em: <<http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/11/f1207relaes-de-genero-e-agricultura-familiar---miriam-nobre.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2023.

OLIVEIRA, K. D.; ALMEIDA, K. L.; BARBOSA, T. L. **Amostragens probabilística e não probabilística: técnicas e aplicações na determinação de amostras**. Universidade Federal do Espírito Santo, Jerônimo Monteiro, 2012.

ORNAT, M. J.; SILVA, J. M.. Deslocamento cotidiano e gênero: acessibilidade diferencial de homens e mulheres ao espaço urbano de Ponta Grossa- Paraná. **Revista de História Regional** 12(1): 175-195, Verão, 2007.

PAULA, L. A. C. **Êxodo rural seletivo: reflexões sobre a migração de jovens e mulheres nos espaços rurais**. Encontro Nacional de Geografia Agrária, Dourados, 2018. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/ascmpa/article/viewFile/8476/8145>. Acesso em: 10 jul. 2023.

REIS, M. L. Estudos de gênero na Geografia: uma análise feminista da produção do espaço. **Espaço e Cultura**, UERJ, Rio de Janeiro, n.38, Jul./dez 2015. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura>. Acesso em: 15 ago. 2023.

RODRIGUES, C. Atualidade do conceito de Interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (**Anais Eletrônicos**), Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X. Disponível em : <<https://poligen.polignu.org/sites/poligen.polignu.org/files/feminismo20negro2.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2023.



ROSSINI, R. E. **Geografia e Gênero: A Mulher na Lavoura Canavieira Paulista**. 1988. Tese (Livre Docência em Geografia Humana) FFLCH/USP, São Paulo, SP.

SERPA, N. C. **A inserção e a discriminação da mulher no mercado de trabalho: Questão de Gênero**. In: *Fazendo Gênero - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*, 2010, Florianópolis. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Disponível em: <http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1265896752_arquivo_artigorevisao.pdf>. Acesso em 15 set. 2023.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 528p.

VINUTO, J. A amostragem bola de neve na pesquisa qualitativa: Um debate aberto. **Temáticas**, Campinas, 22, (44): 203-220, ago./dez. 2014.